

Área econômica impôs veto ao abono salarial

Os ministros do Planejamento, José Serra, e da Fazenda, Pedro Malan, convenceram o presidente Fernando Henrique Cardoso a desistir do anúncio do abono para os trabalhadores que ganham salário mínimo. O presidente queria anunciar a manutenção do abono, de R\$ 15,00, no pronunciamento de ontem mas, convencido por Serra e Malan, adiou a decisão que compensaria o veto ao projeto de lei que aumentava o mínimo para R\$ 100,00.

A alternativa para o aumento do mínimo, que a área econômica apresentou ao Presidente, prevê a aprovação de um conjunto de medidas que vão reforçar o caixa da Previdência Social. Essas medidas poderão ser apresentadas ainda este mês na forma de projetos de lei ou de medidas provisórias. Ontem havia ainda contradição dentro do Governo sobre o assunto. Perguntado se pagaria o mês de fevereiro aos aposentados sem o abono de R\$ 15,00, o ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, não soube o que responder. Depois de pensar alguns segundos, afirmou: "Essa decisão não foi tomada ainda".

Já o ministro José Serra foi enfático: "A Medida Provisória do abono venceu e não foi renovada". A equipe econômica conseguiu derubar na reunião de quinta-feira à noite o maior argumento a favor do abono: o rombo de caixa da Previdência poderia ser compensado por um esforço de arrecadação. Malan e Serra demonstraram que era uma hipótese arriscada.

Pesou também o argumento, utilizado por Serra e Malan, de que a economia já está muito aquecida e que a manutenção do abono só fortaleceria essa tendência. O Governo discute até mesmo a possibilidade de adoção de medidas contra o consumo, como a contenção do crédito. O convencimento de Fernando Henrique só foi obtido por volta das 23 horas, o que levou a gravação do pronunciamento a ser feita apenas perto da meia-noite.